

MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG
PROCURADORIA JURÍDICA

EXMO. SR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO
MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE – MG

EXPEDIENTE
03109124

Ref: Resposta e Considerações aos termos do **Requerimento n.º 395/2024**

O **MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 19.718.360/0001-51, com sede administrativa à Rua Mário Rodrigues Pereira, nº10, Centro – Conselheiro Lafaiete – MG, CEP 36.400-026, vem respeitosamente, perante Vossa Excelência, através da Procuradoria Geral, na pessoa do procurador geral – **Jorcelino de Oliveira**, infra-assinado, manifestar sobre os termos do Requerimento n.º 395/2024 – datado de 24/07/2024, o qual indaga sobre andamento da elaboração e encaminhamento do Estatuto da *Guarda Municipal*, assim manifesta, fazendo-o nos seguintes termos:

Objetivando e pautado nos princípios da transparência, objetividade e razoabilidade, bem como buscando explicitar e informar os pontos e aspectos abordados e indagados no Requerimento n.º 395/2024 – datado de 24/07/2024, assim explicitamos:

I – Visando melhor esclarecer a questão, torna-se fundamental informar que efetivamente o esboço inicial do estatuto da guarda municipal foi encaminhado pela Secretaria de Defesa Social para a Procuradoria Geral do Município;



II – Registre-se que o referido esboço teve a análise desencadeada, mas que devido a um conjunto de fatores não foi possível a conclusão. Dentre os fatores destacamos:

II.1 – Parâmetros definidores da amplitude e abrangência do mencionado órgão - Guarda Municipal;

II.2 – Contexto que envolveu os procedimentos a serem dispensados a um significativo número de Guardas Municipais – nomeação após o prazo de vigência do concurso público do Edital n.º 001/2001, homologado em 24/outubro/2001, sobre os quais pendiam questão jurídica de efetividade no cargo/função;

II.3 – Ausência de articulação, tratativas e acompanhamento por parte da unidade administrativa – Secretaria Municipal de Defesa Social - que é responsável pela normatividade e gestão do órgão da Guarda Municipal;

III – Neste contexto, saliente-se que os parâmetros inerentes ao contexto da conveniência, oportunidade e interesse para possibilitar e efetivar a evolução no estudo e análise, bem como a aprovação da minuta relacionada ao estatuto da guarda municipal não se fizeram presentes;

III.1 - Fatos e circunstâncias que não respaldaram e ou possibilitaram a conclusão e o encaminhamento do projeto de Estatuto da Guarda Municipal ao Legislativo Municipal;

IV – Por oportuno, frise-se que no exercício de 2024, por imposição legal, há dois momentos de restrições, sendo o proveniente da lei eleitoral, bem como o proveniente da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;

IV.1 – Circunstâncias que intensificam o cerceio de concluir e de remeter a referida proposta ao Legislativo e, assim, consignamos que não há previsão para conclusão da referida matéria;

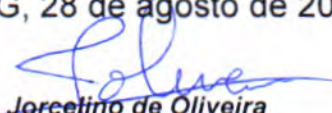


MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG
PROCURADORIA JURÍDICA

Assim, fundado nos princípios da cooperação e transparência, prestamos as informações e reiteramos a disponibilidade em, se necessário, prestarmos outras informações complementares.

No ensejo registra-se votos de estima e consideração.

Conselheiro Lafaiete/MG, 28 de agosto de 2024.



Jorcelino de Oliveira

Procurador Geral do Município

OAB/MG 61.860

